



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE TOLEDO
2ª VARA CÍVEL DE TOLEDO - PROJUDI**

**RUA ALMIRANTE BARROSO, 3202 - CENTRO CÍVICO - Toledo/PR - CEP: 85.900-020 - Fone: (45)
3277 4825**

OFÍCIO Nº.623/2021

Processo: 0005449-58.2021.8.16.0170
Classe Processual: Procedimento Comum Cível
Assunto Principal: Práticas Abusivas
Valor da Causa: R\$44.000,00
Autor(s): • CORNELIO VELOSO BRAGA (RG: 19465349 SSP/PR e CPF/CNPJ:
387.769.019-04)
Rua Bruno Dante Palma, 1.300 - Jardim Europa - TOLEDO/PR - CEP: 85.907-000
Réu(s): • Banco Daycoval S/A (CPF/CNPJ: 62.232.889/0001-90)
01Avenida Paulista, 1793 - Bela Vista - SÃO PAULO/SP - CEP: 01.311-200

AO

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

aps14021080@inss.gov.br

PREZADO(A) SENHOR(A),

Pelo presente, expedido nos autos supracitados e em cumprimento à recomendação expedida pela Corregedoria do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, nos Autos nº 0009180-73.2020.8.16.7000, a respeito de diligências necessárias para casos concretos em que a causa de pedir é fraude em empréstimo consignado, encaminho ofício para a investigação administrativa, conforme decisão em anexo.

Toledo, 16 de junho de 2021.

Iussara Cristina de Oliveira
Técnica Judiciária

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJYMA MUH22 VYPYM DCHFU





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE TOLEDO

2ª VARA CÍVEL DE TOLEDO - PROJUDI

RUA ALMIRANTE BARROSO, 3202 - CENTRO CÍVICO - Toledo/PR - CEP: 85.900-020 - Fone: (45)
3277 4825

Autos nº. 0005449-58.2021.8.16.0170

Processo: 0005449-58.2021.8.16.0170
Classe Processual: Procedimento Comum Cível
Assunto Principal: Práticas Abusivas

Valor da Causa: R\$44.000,00

Autor(s): • CORNELIO VELOSO BRAGA (RG: 19465349 SSP/PR e CPF/CNPJ:
387.769.019-04)
Rua Bruno Dante Palma, 1.300 - Jardim Europa - TOLEDO/PR - CEP: 85.907-000

Réu(s): • Banco Daycoval S/A (CPF/CNPJ: 62.232.889/0001-90)
01Avenida Paulista, 1793 - Bela Vista - SÃO PAULO/SP - CEP: 01.311-200

DECISÃO INICIAL

1. Preliminarmente, **ACOLHO** a emenda à inicial de mov. 10.1/10.3, a fim de que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Em consequência, **DEFIRO** os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita ao Autor, na forma do artigo 98 do Código de Processo Civil.

2. Trata-se de **AÇÃO DE ANULAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO, COMBINADA COM OBRIGAÇÃO DE FAZER E REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS** proposta por **CORNELIO VELOSO BRAGA** em desfavor de **BANCO DAYCOVAL S.A.**

Aduz que o contrato de empréstimo consignado de número 50-8713231/2 realizado em seu benefício previdenciário, jamais foi contratado, solicitado ou autorizado com o Banco Requerido.

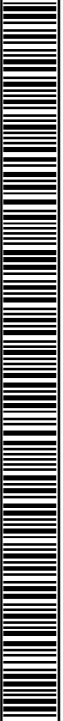
Defende que existem indícios de falsificação da assinatura do autor no contrato de empréstimo consignado supostamente contratado, bem como o instrumento particular não foi rubricado pelo Requerente.

Pugna pela concessão da tutela provisória de urgência antecipada, a fim de determinar ao Banco Réu, o imediato cancelamento/suspensão dos descontos do benefício previdenciário, a título de empréstimo consignado, sob pena de multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a favor do requerente.

É o relatório. **DECIDO.**

Trata-se de pedido de tutela provisória de urgência, fundamentada no artigo 300, do Código de Processo Civil, assim ementado:

“Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos



que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. (...) ”

Portanto, conforme se infere da dicção do referido dispositivo legal, a tutela provisória de urgência baseia-se em dois elementos, quais sejam, a probabilidade do direito (*fumus boni iuris*) e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo (*periculum in mora*).

Para o doutrinador José Miguel Garcia Medina, esses requisitos devem ser analisados conjuntamente: “os pressupostos para a concessão da liminar de urgência não são examinados separadamente, ou seja, a proeminência do fumus pode justificar a concessão da liminar, ainda que menos ostensivo o periculum, e vice-versa. Assim, os requisitos não são absolutamente independentes, mas se inter-relacionam. ” [1].

Pois bem. Da análise dos autos, observa-se que, ao menos em sede de cognição sumária, as provas colacionadas pelo Autor não conferem subsídios para a concessão da medida pleiteada.

Isto porque, a análise da questão exposta depende de maior dilação probatória, não havendo, neste momento processual, prova inequívoca que embase a aplicação de uma medida tão abrupta como essa pugnada. Assim, resta afastado o primeiro requisito da tutela pleiteada.

Desta forma, se faz necessário a oitiva da parte Ré com a exposição de sua versão dos fatos, bem como a apresentação de novas provas, respeitando assim a ótica fixada nos princípios do Devido Processo Legal, Princípio do Contraditório, bem como da Ampla Defesa, ambos insculpidos na Constituição Federal da República.

No que tange ao perigo de dano ou risco ao resultado útil, não resta configurado, uma vez que os fundamentos expostos em sede de inicial, são genéricos e abstratos, não evidenciando um perigo eminente e assertivo ao direito do Autor.

Ademais, em eventual procedência da ação proposta, acarretará na declaração de inexistência/inexigibilidade do negócio jurídico, com a devolução dos valores pagos pelo Autor, assim afastando qualquer indício de perigo de dano ou risco ao resultado útil.

Ante todo o exposto, ausentes os requisitos exigidos no artigo 300, do CPC, **INDEFIRO** o pedido de antecipação de tutela provisória de urgência, pleiteado na inicial.

3. No mais, não obstante defender que a autocomposição se apresenta atualmente como a medida mais apropriada à resolução pacífica de conflitos, capaz de dar celeridade e efetividade aos atos judiciais de forma imediata, deixo de designá-la, haja



vista a natureza da demanda e das partes envolvidas, sem prejuízo de fazê-lo oportunamente, se necessário, para abreviar o acesso das partes à melhor solução da lide.

4. Cite-se o Ré para, querendo, contestar o pedido, no prazo de 15 (quinze) dias, **sob pena de revelia, nos termos do artigo 344 do mesmo código.**

5. Apresentada a contestação, a parte Autora deve ser intimada para que se manifeste no prazo de 15 (quinze) dias, conforme os arts. 350 e 351 do CPC, podendo corrigir eventual irregularidade ou vício sanável no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 352 do CPC.

6. Após a apresentação da impugnação, ou esgotado o prazo, as partes devem especificar as provas que pretendem produzir, nos termos do art. 370 do CPC, justificando sua pertinência e necessidade, **sob pena de indeferimento, conforme o art. 370, parágrafo único, do CPC.**

7. No caso em tela, aplica-se a legislação consumerista. Com efeito, o Autor alega não ter celebrado qualquer negócio jurídico com o Banco Réu mencionado na exordial, em total afronta ao disposto do Código de Defesa do Consumidor, em seu artigo 43, § 2º.

Nestas condições, sendo o Requerente vítima do defeito na prestação de serviços é equiparado ao consumidor, nos termos que dispõe o Código de Defesa do Consumidor, em seu artigo 17, a seguir ementado: “Art. 17. Para os efeitos desta Seção, equiparam-se aos consumidores todas as vítimas do evento”.

O artigo 29 da legislação supracitada, também mantém a equiparação de consumidor para as pessoas expostas as práticas comerciais:

“Art. 29. Para os fins deste Capítulo [Das Práticas Comerciais] e do seguinte [Da Proteção Contratual], equiparam-se aos consumidores todas as pessoas determináveis ou não, expostas às práticas nele previstas. ”

Assim, sendo a parte Autora parte hipossuficiente da relação jurídica, tanto do ponto de vista técnico quanto econômico, faz-se necessária a inversão do ônus probatório, porque presentes os requisitos do artigo 6º, inciso VIII do CDC.

Outrossim, ainda que não se admita a aplicação do CDC ao caso concreto, há de prevalecer a inversão do ônus da prova em razão da aplicação da Teoria Da Distribuição Dinâmica do Ônus Probatório, que impõe à parte que está em melhores condições de esclarecer os fatos.

No presente caso, pode-se verificar que a parte Autora possui déficit de condições técnicas e financeiras para produção de provas em relação ao Réu, que, ao contrário, possui maior facilidade de obtenção da prova, motivo porque **DEFIRO** a inversão

